A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CIDADE DE POUSO ALEGRE: CONHECENDO SUAS POSSIBILIDADES E LIMITES

Fabio Pacheco Benedetto¹ Danielly Pinheiro Neves Lucchin² Rodolfo dos Santos Silva³

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral discutir a economia solidária (ES) e seus principais conceitos e como ela vem acontecendo no estado de Minas Gerais, especificamente no munícipio de Pouso Alegre. Formada para combater as diferenças entre o produtor e o trabalhador assalariado, a economia solidária adquiriu visibilidade e passou a fazer parte de políticas públicas, dada a sua importância enquanto política de inclusão e melhoria nas condições de vida da população local. É a partir desse contexto que este texto discute a economia solidária no Sul de Minas Gerais, especificamente no município de Pouso Alegre. Constatou-se que a ES, no município de Pouso Alegre, ainda tem um longo caminho a trilhar. Desafios como a implementação de políticas públicas que atendam a todas as microrregiões que fazem parte das regionais, são metas a serem traçadas para ampliar as propostas de trabalho da ES. A ampliação da agricultura familiar para gerar renda e movimentação financeira para o microempreendedor rural é outro desafio a ser levado em consideração. Também há um grande desafio com relação aos locais onde ocorrem os encontros, oficinas, feiras e demais atividades correlatas, levando em consideração a fase pandêmica por que a sociedade está passando.

Palavras-chave: Economia solidaria. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local.

1 Introdução⁴

A economia solidária (ES) teve seu início no Brasil a partir dos primeiros anos de 1990 e tem seus fundamentos na realização de empreendimentos sociais como associações, cooperativas, clube de trocas, bancos comunitários e moeda social. Ela aposta nas relações entre as pessoas e o meio ambiente, tendo seus princípios baseados na cooperação e solidariedade, como forma de gerar postos de trabalho objetivando a inclusão social.

Singer (2002) afirma que a economia solidária tem a sua origem ainda no começo do século XIX na Grã-Bretanha, onde houve reação de artesãos expulsos do mercado de trabalho devido ao advento da máquina a vapor, que reduziu a produção manual em favor da produção mecânica; a mão de obra assalariada foi reduzida e com isso produziram-se mais lucros ao produtor. A alternativa foi a organização em associações de trabalhadores e gestão cooperada de empreendimentos solidários. Tais empreendimentos deram tão certo que as experiências autogestionárias começaram a se multiplicar por todo o mundo.

¹ Acadêmico em Licenciatura em Sociologia, aluno pesquisador no Projeto de Iniciação Científica, no Grupo de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária. fabiopbenedetto@gmail.com

²Graduada em Pedagogia, acadêmica em Direito, bolsista no Projeto de Iniciação Científica, no Grupo de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária. danielly_neves@hotmail.com

³Professor Doutor do curso de Serviço Social UNINTER e Coordenador do Grupo de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária.rodolfosilva2020@uol.com.br

⁴ Classificação do Trabalho: Resultados de pesquisa desenvolvidos junto ao Projeto de Pesquisa do Curso de Serviço Social. Polo de Apoio Presencial: Curitiba/PR, Pouso Alegre/MG.

Atualmente, diante do aumento do desemprego e dos problemas sociais que vêm assolando o Brasil, cujo índice de pobreza, segundo o IBGE, entre 2016 e 2017, saltou de 25,7% para 26,5% da população, a ES se apresenta como uma alternativa de inclusão dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho capitalista, com os princípios de solidariedade, coletividade e autogestão.

Como participantes do grupo de pesquisa *A participação popular na determinação do orçamento público*, do Curso de Serviço Social – Uninter, e, buscando alternativas para o enfrentamento das mazelas oriundas da acumulação do capital e das novas formas de trabalho, entendemos como necessidade realizar esta pesquisa sobre como a economia solidária vem sendo colocada em prática no município Pouso Alegre - MG, diante dos desafios e possibilidades existentes.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa que, de acordo com Alami, Desjeux e Guarabuau-Moussaoui (2010, p. 18), é o método mais apropriado para esse tipo de pesquisa pois, através dele, é possível descobrir "os efeitos da situação, as interações sociais sob coação, o papel do imaginário ou a relação dos atores com as normas sociais". Desta forma, a abordagem do assunto foi realizada por meio de consulta em artigos, revistas, livros e *sites*, contando com a opinião de autores como Silva, Mallmann e Balestrin (2017), Garbossa e Silva (2016), entre outros.

2 Desenvolvimento

O crescimento do capitalismo na Inglaterra do século XIX, em plena revolução industrial, desencadeou uma série de mudanças sociais, como o crescimento desorganizado das cidades pela concentração de pessoas vindas das áreas rurais e grandes aglomerações nas localidades onde se concentravam as grandes indústrias. Essa concentração agravou ainda mais as péssimas condições existentes em matéria de infraestrutura física, moradias, saneamento básico e emprego para tanta gente. Marx e Engels (1988) apontam, em seus estudos, o crescimento desenfreado do capitalismo em modelo de desenvolvimento de concentração de riqueza que beneficiava somente a uma classe social, a burguesia.

De acordo com Silva, Mallmann e Balestrin (2017), o modelo de desenvolvimento capitalista liberal, que Marx e Engels (1988) criticaram, teve que se adequar às crises pelas que passou. Em 1929, com a grande crise da Bolsa de Valores de Nova York, pela pressão dos trabalhadores e pela ameaça do modelo socialista, teve que aceitar a intervenção do Estado na economia e introduzir o *welfare state*, estado de bem-estar social, com melhoria nas

relações entre trabalhadores e empregadores. Porém, depois de duas crises do petróleo (1973 e 1979) e a partir da década de 1980, os ganhos alcançados pelos trabalhadores gradativamente foram extintos, com a colocação em prática do discurso do neoliberalismo e da globalização.

Conforme Garbossa e Silva (2016), na década de 90 aprofundam-se os problemas sociais com a estratégia neoliberal de redução da participação do Estado na economia, levado a cabo por instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas instituições ofereciam pacotes de recomendações para que os países passassem a pôr em prática programas de privatizações, desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, entre outros, que acentuam o desemprego e as más condições de vida de grande parte das populações latino-americanas. É nesse contexto, de alto nível de desemprego e ampliação da miséria, que toma corpo no Brasil a economia solidária.

Conforme Cunha (2012), a ES é um termo utilizado para nominar um conjunto de práticas econômicas diversificadas, que vão desde a produção de bens e serviços (como são comercializados, consumidos, custeados e de onde vêm os recursos financeiros) até a implementação de tais empreendimentos, realizados com ampla solidariedade, baseado nos modelos de autogestão e cooperativismo.

Em junho de 2003, foi realizado o primeiro grande encontro nacional de economia solidária, que reuniu representantes de dezessete estados brasileiros, dando origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O Fórum foi o responsável pela criação da política nacional de economia solidaria (PNES), do Sistema Nacional de Economia Solidaria (SINES) e implementou a regulamentação dos empreendimentos solidários, definindo-os como aqueles empreendimentos ligados a gestões democráticas, práticas de preços justos e solidários, justa distribuição de resultados, transparência e publicidade na gestão de recursos. Conforme o FBES (2019, n. p.) "Existem atualmente no Brasil, aproximadamente 19 mil empreendimentos de Economia Solidária sendo que o Estado deveria ter o dever de reconhecer a existência das organizações de Economia Solidária".

Ainda de acordo com o FBES (2019), as políticas governamentais deveriam ser fomentadas através de uma política nacional de economia solidária para estimular as atividades no campo e na cidade. A partir de programas governamentais, em âmbito federal, o estado de Minas Gerais instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária, tendo como diretriz a promoção e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar as

atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas.

O órgão da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, que atua nas três instâncias (federal, estadual e municipal), com sede localizada em Belo Horizonte, incentiva e fortalece empreendimentos de ES. Esse órgão governamental tem a função de incentivar os negócios, a autossuficiência para contribuir com a superação da pobreza e consolidar a produção coletiva e participativa.

O município de Pouso Alegre/MG, que economicamente possui o décimo oitavo PIB (Produto Bruto Interno) do estado, uma população de aproximadamente 150.000 habitantes, é a segunda maior cidade do sul de Minas. Sua economia alcançou um vasto crescimento nos últimos anos devido à chegada de várias empresas e indústrias multinacionais. Um dos fatores que levou a este crescimento foi a posição geográfica. Está localizado no caminho da principal rodovia, a BR 381, que liga São Paulo a Minas Gerais. Esta posição permitiu-lhe se tornar um dos principais centros industriais.

A ES estabelecida no Sul de Minas Gerais está dividida em três fóruns microrregionais, que fazem parte do Fórum Sul Mineiro, integrado pelas cidades de Passos, Varginha e Poços de Caldas. O Fórum Sul Mineiro está ligado à SEDESE, que repassa verbas para apoiar as microrregiões. A regional de Poços de Caldas é representada por cinquenta representantes das cidades que compõem a região, da qual a cidade de Pouso Alegre faz parte. Entre as atividades desenvolvidas pelos membros da economia solidária estão o artesanato, os catadores de recicláveis, entre outros.

Atualmente a agricultura familiar está em fase de crescimento e evidência social, onde as famílias estão se adequando à prática da economia solidária, dentro do Fórum Sul Mineiro, na região de Poços de Caldas. Vale ressaltar que esta atividade ainda não foi implantada em Pouso Alegre.

As experiências de economia solidária iniciaram no bairro São Cristóvão, localizado no município Pouso Alegre. Essa iniciativa partiu de um grupo de mulheres, jovens e adultas que, com o objetivo de aumentar a renda familiar, uniram-se para fazer a reciclagem de retalhos de tecidos que eram doados por ateliês de costuras e fábricas. Essa atividade teve seu início no salão paroquial da igreja de São Cristóvão e contou com o apoio da Sapucaí, uma Organização Não Governamental (ONG). Importa ressaltar que o movimento Cáritas, de Minas Gerais, dá apoio à economia solidária, bem como as Furnas Centrais Elétricas e o Sebrae.

Esse grupo de mulheres, chamado Cora Minas (Cooperativa das Costureiras de Retalhos e Acessórios), é o mais conhecido em Pouso Alegre e mantém suas práticas de acordo com a ES. O grupo se mantém de forma coletiva e solidária em sua formação, com impressão de apostilas e uso da rede social para envolvimento de mais pessoas. Realizam compartilhamentos de mensagens, vídeos e conferências, tendo sempre como lema: "Com as mãos habilidosas e unidas, através dos princípios da economia solidaria, nós mulheres tecemos a esperança de uma vida melhor".

Conclui-se que a ES no município de Pouso Alegre ainda tem um longo caminho a trilhar. Desafios como a implementação de políticas públicas que atendam a todas as microrregiões que fazem parte das regionais, são metas a serem traçadas para ampliar as propostas de trabalho da ES. Outro ponto que merece destaque diz respeito à ampliação da agricultura familiar para gerar renda e movimentação financeira para o microempreendedor rural. Também há um grande desafio com relação aos locais onde ocorrem os encontros, oficinas, feiras e demais atividades correlatas, haja vista que não há até o momento lugares fixos em certas microrregiões e é escasso o número de organizadores para a estruturação dessas atividades. Com a pandemia, tal situação se agravou, pois inviabilizou as práticas em virtude do isolamento social, além de limitar o acesso virtual, uma vez que muitos não têm condições para esse tipo de comunicação.

3 Considerações finais

Algumas dificuldades são encontradas na caminhada da economia solidária, como falta de apoio da gestão pública, falta de incentivo à prática e falta de local adequado para os grupos voltados a uma política de combate à desigualdade social, à promoção de uma divisão justa dos lucros, à sustentabilidade e implementação de modelos de empreendimentos autogestionários. Infelizmente algumas gestões não pensam na população e sim em beneficiar as grandes empresas que, na prática, não buscam fazer nada em benefício coletivo, ocupadas que estão com a obtenção de lucros.

A ES se torna um importante instrumento na luta contra o capitalismo acirrado e a exclusão social. Promove projetos voltados a políticas públicas e sociais, que criam espaços para a valorização do trabalho da comunidade. Fomenta a produção local como o artesanato, as feiras livres, a agricultura familiar, cooperativas de reciclados, tudo isso buscando a geração de empregos e rentabilidade para muitas famílias do município e adjacências.

Referências

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; GUARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: notas de pesquisa. *In*: BENINI *et al.* (org.). **Gestão Pública e Sociedade:** fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 2019. Disponível em: https://fbes.org.br/. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2019. Disponível em: https://ibge.gov.br. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, Rodolfo dos Santos; MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luiza. **Estado e políticas sociais**: avanços e retrocessos. Curitiba: Intersaberes, 2017.

GARBOSSA, Renata Adriana. SILVA, Rodolfo dos Santos. **O processo de produção do espaço urbano**: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SINGER, Paul de. **Introdução a economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores, 2002.